

O ENSINO SUPERIOR EM GEOGRAFIA: REFLEXÕES SOBRE OS CURSOS DE LICENCIATURA NO ÂMBITO DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS

Denise Leonardo Custódio Machado de Oliveira*

Antonio Marcos Machado de Oliveira**

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de trazer à luz uma reflexão sobre a situação atual do ensino superior privado em Geografia no Brasil. Tal propósito se justifica pelo considerável número de instituições particulares que oferecem curso de licenciatura em Geografia, sobretudo na modalidade de ensino à distância (EAD), fato que vem se acentuando a partir da década de 2000. A pesquisa foi feita com base em dados fornecidos pelo sistema eletrônico e-MEC do Ministério da Educação (MEC), referentes ao ano 2013, através da elaboração de mapas da distribuição regional e por unidades da federação, das instituições privadas e públicas que oferecem curso de licenciatura em Geografia, na modalidade presencial e à distância, e das que apresentam cursos extintos/em extinção. Além disso, a partir de dados do MEC/Inep/Deed fez-se a representação gráfica da evolução das matrículas de EAD no Brasil, entre 2000 e 2011. Assim, o trabalho se encontra estruturado em dois tópicos, sendo que no primeiro são feitas algumas considerações sobre o contexto atual do ensino superior privado no país. O segundo se inicia com uma abordagem da evolução da Geografia brasileira no âmbito acadêmico, e, em seguida, busca-se atingir o objetivo proposto, ou seja, a análise do panorama atual dos cursos de licenciatura em Geografia, particularmente no setor privado. Ao final, são feitas algumas considerações sobre tal panorama, refletindo-se acerca das implicações, especialmente do ensino à distância, para a formação docente em Geografia.

Palavras-chave: Licenciatura em Geografia. Instituições privadas. Ensino à distância. Formação docente.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o ensino superior em Geografia no Brasil apresenta uma tradição em instituições públicas, tendo o primeiro curso surgido em 1934, na Universidade de São Paulo. Por outro lado, também verificou-se a disseminação destes cursos no âmbito das instituições

* Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Rio Claro, SP. E-mail: deniselcmo@hotmail.com

** Professor adjunto do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. E-mail: taba@ig.ufu.br

privadas, ao longo da segunda metade do século XX, tendência que vem se mantendo nos dias atuais.

Assim, o presente trabalho tem o objetivo de trazer à luz uma reflexão sobre a situação atual do ensino superior privado em Geografia no Brasil. Tal propósito se justifica pelo considerável número de instituições particulares que oferecem curso de licenciatura em Geografia, sobretudo na modalidade de ensino à distância (EAD), fato que vem se acentuando a partir da década de 2000.

A pesquisa, referente ao ano de 2013, foi feita com base em dados fornecidos pelo sistema eletrônico e-MEC do Ministério da Educação (MEC), que acompanham os processos que regulam a educação superior no Brasil, através dos quais elaborou-se mapas da distribuição regional e por unidades da federação, das instituições privadas e públicas que oferecem curso de licenciatura em Geografia, na modalidade presencial e à distância. Além disso, também confeccionou-se mapas das instituições privadas que apresentam cursos extintos ou em extinção. Especificamente em relação aos cursos de EAD, a partir de dados do MEC/Inep/Deed fez-se a representação gráfica da evolução das matrículas no Brasil, entre 2000 e 2011.

Para se alcançar o objetivo proposto, o trabalho se encontra dividido em dois tópicos, além da introdução. No primeiro são feitas breves considerações sobre o contexto atual do ensino superior privado no país. O segundo se inicia com uma sucinta abordagem a respeito da evolução da Geografia brasileira no âmbito acadêmico, e, em seguida, busca-se atingir o objetivo proposto, ou seja, a análise do panorama atual dos cursos de licenciatura em Geografia, particularmente no setor privado. Ao final, são feitas algumas considerações sobre tal panorama, refletindo-se acerca das implicações, especialmente do ensino à distância, para a formação docente em Geografia.

2 O ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES

O ensino superior no Brasil cresceu nas últimas três décadas do século XX, acentuando-se ainda mais, desde os anos de 1990, especialmente no setor privado. O total de instituições de ensino superior (IES) passou de 893 em 1991 para 2.365 em 2011. um crescimento de 165%. Em termos percentuais, as IES privadas correspondiam a 88% do total de estabelecimentos e registravam 66% das matrículas no ensino superior (RISTOFF, 2013, p. 10).

De uma maneira geral, a crescente demanda pela educação superior vem sendo atribuída a fatores tais como o aumento da população jovem adulta e as novas exigências do mercado de trabalho.

Segundo Rodrigues (2007) a partir dos anos 1990, o ideário de tornar o país uma economia competitiva conduz a uma maior demanda por trabalhadores qualificados, que estejam melhor preparados para se adaptar às novas tecnologias a serviço do capital. A fim de atender às exigências do mercado de trabalho “[...] a população, especialmente os jovens, tem buscado cada vez mais qualificação, inclusive por meio da educação superior” (SÉCCA e LEAL, 2009, p. 109).

Pode-se dizer que desde fins dos anos 1960 já havia uma crescente demanda pelo ensino superior, fato condizente com a realidade socioeconômica do país, que se urbanizava e se industrializava. Para uma expressiva parcela da população

a formação superior passava a fazer parte de seus projetos de realização pessoal e de ascensão social. A iniciativa privada, atenta às demandas de novos e potenciais consumidores, respondeu de forma ágil [...] por meio da criação de instituições isoladas e do aumento do número de cursos e vagas oferecidas (SAMPAIO, 2011-2012, p. 29).

A respeito do crescimento do setor de ensino privado superior, conforme Sampaio (2011-2012, p. 29-30) até meados do século XX houve um “relativo equilíbrio na relação público e privado na educação superior no Brasil”. Contudo, na década de 1980 os estabelecimentos privados já eram maioria (77%), correspondendo a 63% do total de matrículas.

De acordo com Serafim (2011), no Brasil, a exemplo de outros países da América Latina, da Europa e dos Estados Unidos, o avanço do neoliberalismo engendrou um processo de mercantilização do ensino superior cada vez mais acentuado.

Assim, a partir dos anos de 1990, a adoção da política neoliberal fez com que o Estado passasse a ter uma ação menos direta nos chamados serviços sociais – tais como saúde e educação - levando ao surgimento de uma “nova burguesia de serviços” (BOITO JÚNIOR, 1999, apud RODRIGUES, 2007, p. 18). A este respeito, Sampaio (2011-2012, p. 28) destaca a importância da Constituição de 1988, a qual “[...] reafirmando o princípio liberal, manteve o ensino superior livre à iniciativa privada, [...] com a autorização e avaliação do poder público”.

Neste sentido, várias ações implementadas pelo governo federal na segunda gestão FHC (1998-2002), tais como o Programa Nacional de Desestatização (PND) e as políticas de

ajuste econômico, contribuíram para a queda na participação do Estado na educação superior, fortalecendo o do setor privado.

Entretanto, foi com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em dezembro de 1996- conhecida como nova LDB ou lei 9394/96 - que a política educacional de expansão do ensino superior privado encontra respaldo.

Dentre as medidas regulamentadas pela nova LDB, destaca-se a criação de programas de financiamento estudantil e de bolsas de estudo. Assim, ainda no governo FHC foi criado o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), um programa do Ministério da Educação (MEC) destinado a financiar a graduação para estudantes matriculados em instituições privadas.

Em 2004, durante o governo Lula, houve a implantação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), também pelo MEC, que concede bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privado (IES), em cursos de graduação e sequenciais de formação específica.

Por outro lado, também foram criados programas especificamente voltados para a formação docente, tal como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), direcionado, sobretudo, para professores atuantes na rede pública de educação básica. (CAPES, 2014). Tais fatos mencionados, evidentemente, acabaram repercutindo no número de IES privadas, as quais vêm se multiplicando nas últimas duas décadas e, conseqüentemente, na crescente evolução do número de matrículas da graduação nas mesmas em relação às IES públicas, conforme apresentado no gráfico 1.

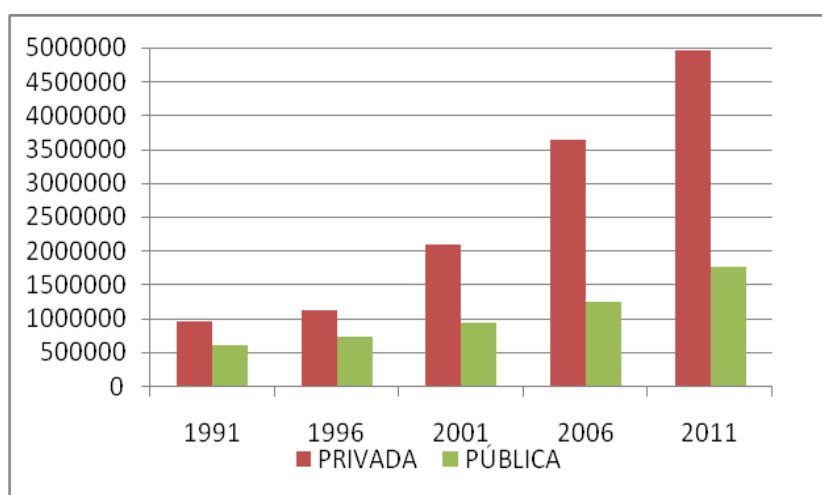


Gráfico 1: Evolução do número de matrículas na graduação por categorias administrativas, Brasil - 1991-2011. Fonte: RISTOFF (2013)

No tocante aos cursos de EAD, o crescimento foi exponencial, passando de um total de 1682 alunos matriculados, no ano 2000, para 992.927 em 2011, como observado no gráfico 2 abaixo.

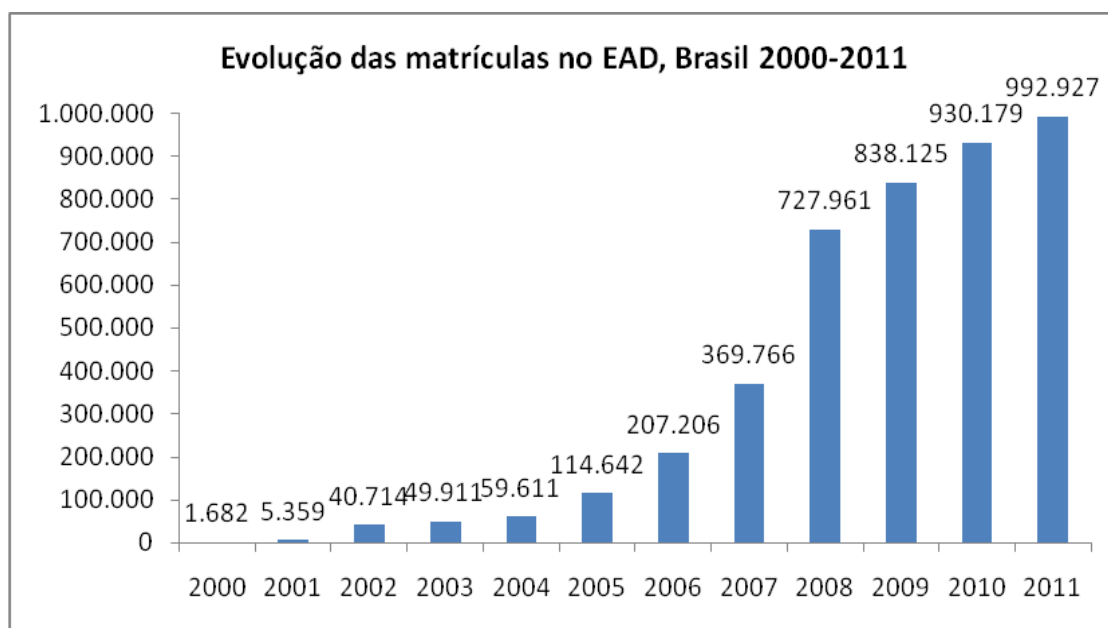


Gráfico 2: Evolução das matrículas EAD, Brasil 2000-2011. Fonte: MEC/Inep. Elaboração: Antonio Marcos Machado de Oliveira

A disseminação do ensino à distância no Brasil passou a fazer parte das políticas públicas de educação, especialmente após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, que regulamenta tal modalidade de ensino. Além disso, o governo federal criou programas de incentivo e fomento voltados tanto para a educação à distância, quanto ao setor privado de ensino superior.

Em concordância com o artigo 80º da nova LDB, segundo o qual “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996), ao longo da década de 2000 foram criados programas para o incentivo desta modalidade, tanto no ensino público quanto privado, muitos dos quais voltados para cursos de licenciatura.

Neste contexto, as Secretarias de Educação à Distância e de Educação Básica, vinculadas ao MEC, implementaram o Programa de Formação Inicial para Professores do Ensino Fundamental e Médio (Pró-Licenciatura), em IES públicas, comunitárias e/ou confessionais, destinado a professores dos anos finais do Ensino Fundamental ou Médio (BERBAT, 2008, p. 169). Em contrapartida, também por iniciativa do governo federal, existe,

desde 2006, um sistema integrado por universidades públicas – a Universidade Aberta do Brasil (UAB) – que oferece cursos de nível superior à distância com prioridade para professores que atuam na educação básica, além de outros profissionais da educação (CAPES, 2014).

Esta política educacional adotada pelo governo brasileiro de incentivo tanto ao setor privado como à educação à distância, evidentemente também reflete interesses de organismos internacionais. Segundo Berbat (2008) em fins dos anos 1990 a UNESCO realizou uma conferência sobre educação superior, onde o Banco Mundial lançou um documento intitulado “Estratégias do Banco Mundial: a educação na América Latina e Caribe”. Em referência à educação privada e à distância, foi estabelecido que

O Banco Mundial prestará assistência aos países para criar uma variedade mais ampla de instituições de educação superior e de sistemas de instrução (*incluindo provedores de educação privada e a distância*) com o fim de oferecer maiores oportunidades educacionais ao crescente número de egressos da escola secundária, especialmente os setores pobres (BANCO MUNDIAL, 1999, apud BERBAT, 2008, p. 89).

Em 2001 o governo federal criou o Plano Nacional de Educação, que indica várias possibilidades de inserção de cursos de EAD, “[...] como forma de democratização e universalização do ensino inclusive na busca de um caminho que pudesse colocar o sistema presencial e o não presencial (educação à distância) como forma de cooperação no sistema educacional” (BERBAT, 2008, p. 42).

Assim, ao longo dos anos 2000, com a inserção cada vez maior das novas tecnologias de comunicação e informação (TICs) no setor educacional, além da implementação dos programas de incentivo e financiamento da educação superior, disseminam-se os cursos de EAD pelo país, especialmente na esfera privada.

Neste contexto encontram-se os cursos de licenciatura em Geografia, a respeito dos quais serão feitas algumas reflexões no tópico a seguir.

3 O ENSINO SUPERIOR EM GEOGRAFIA NO BRASIL: DO PÚBLICO AO PRIVADO

A Geografia no Brasil – a exemplo de outros países - teria surgido primeiramente, como disciplina escolar, ou seja, no ensino de nível secundário. Foi em 1837, no Colégio Pedro II, através de um decreto, datado deste mesmo ano, pelo qual passou a ser considerada uma disciplina autônoma no currículo escolar brasileiro (RIBEIRO, 2011, p. 823).

Contudo, a sua institucionalização no meio acadêmico, veio a ocorrer somente a partir da década de 1930, com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), em 1934.

Assim sendo, o ensino de Geografia no país teria perdurado por quase noventa anos, sem que houvesse a exigência de uma formação acadêmica específica na área por parte dos professores que lecionavam tal disciplina. Segundo Pontuschka e outros (2009, p. 45) “Antes da FFCL/USP, não existia no Brasil o bacharel e o professor licenciado em Geografia [...] Eram professores [...] principalmente, advogados, engenheiros, médicos e seminaristas”.

Na mencionada década também foi criado o segundo curso de Geografia do país, na Universidade do Distrito Federal (UDF), atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tanto o curso de Geografia da USP como o da UDF foram, a princípio, oferecidos juntamente com o curso de História, situação que perdurou até os anos de 1950, quando houve o desmembramento de ambas as disciplinas em cursos distintos (SAMPAIO, 2000; PONTUSCHKA et al., 2009).

Além das referidas instituições, também data da década de 1930 a criação de órgãos tais como o Conselho Nacional de Geografia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), os quais teriam contribuído, através da publicação de pesquisas, para o ensino e a formação docente em Geografia.

Ao longo das décadas seguintes, a Geografia no Brasil veio se consolidando, disseminando-se no âmbito acadêmico e científico.

Nos anos de 1950, surgiram diversas faculdades de filosofia, com seus respectivos cursos de Geografia. Muitas dessas instituições foram, posteriormente, encampadas pelos governos estaduais ou federalizadas, nas décadas de 1960 e 1970. Como exemplo, pode-se citar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (atual Universidade Estadual Paulista/UNESP, campus de Rio Claro) e a Faculdade Catarinense de Filosofia (atual Universidade Federal de Santa Catarina).

Tais instituições surgidas na primeira metade do século XX, se por um lado contribuíram para a produção científica da Geografia brasileira, por outro, foram responsáveis pela formação de diversas gerações de bacharéis e professores de Geografia.

Por outro lado, a partir da década de 1950 surgiram vários cursos de Geografia em instituições privadas – nas chamadas faculdades isoladas – as quais multiplicaram-se em fins dos anos de 1960. No contexto de expansão do ensino superior privado no país, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5.692/71 favoreceu os cursos de formação docente nas referidas instituições, ao estabelecer as chamadas licenciaturas curtas

polivalentes. Assim, os cursos de Geografia e de História foram aglutinados numa só disciplina, denominada Estudos Sociais. Para a formação em Geografia, tal medida implicava em “dois anos para a licenciatura polivalente em Estudos Sociais e mais dois anos para a habilitação em Geografia” (PONTUSCHKA, 2009, p. 91).

Segundo Rocha (s/d)

“[...] inúmeras instituições de ensino superior fecharam suas licenciaturas plenas em Geografia, optando pelos cursos de Estudos Sociais, fato verificado sobretudo em instituições particulares [...] Devido à pressão promovida por estudantes, professores e sobretudo das entidades representativas das categorias atingidas, como a AGB [...], estes cursos foram sendo aos poucos eliminados [...]”.

A implementação de Estudos Sociais na educação superior mostrava-se consonante com as mudanças na estrutura curricular das escolas de primeiro e segundo graus, nas quais tal disciplina passou a ser obrigatória. Entretanto, como curso de licenciatura, promovia uma formação docente fragmentada, já que os conteúdos de Geografia e História eram oferecidos numa única disciplina, não permitindo ao licenciando “[...] uma reflexão profunda sobre os fundamentos epistemológicos e metodológicos de cada disciplina” (SEABRA, 1981, *apud* PONTUSCHKA *et al.*, 2009, p. 65).

Com a extinção dos Estudos Sociais da grade curricular das escolas, e consequentemente, das instituições de nível superior, subsistiram os cursos de licenciatura plena em Geografia, os quais continuam sendo oferecidos tanto na esfera pública quanto privada, até os dias atuais.

3.1 Situação atual dos cursos de licenciatura em Geografia

Desde a década de 2000 os cursos de licenciatura em Geografia no Brasil vêm sendo oferecidos nas modalidades presencial e à distância, tanto no âmbito público quanto privado, fato condizente com a trajetória seguida pela educação superior no país, nas últimas décadas.

Assim, atualmente existem 379 instituições de ensino superior que oferecem curso de licenciatura em Geografia na forma presencial, sendo que 207 (55%) são IES públicas e 172 (45%) são IES privadas. Tais cursos se encontram distribuídos por todas as cinco regiões brasileiras, sendo que tal distribuição não se dá de maneira homogênea, como pode ser observado na Figura 1.

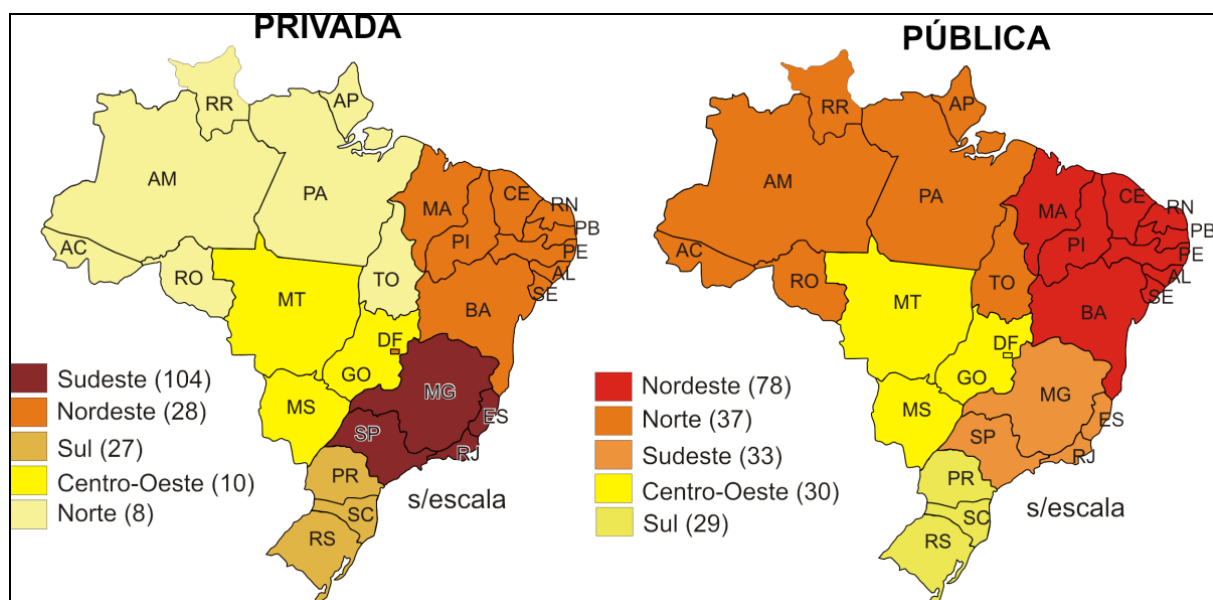


Figura 1: Total de cursos de Geografia (licenciatura) presenciais nas IES privadas e públicas por regiões, Brasil, 2012. Fonte: e-MEC, 2013. Elaboração: Antonio Marcos Machado de Oliveira

No que se refere ao número de IES do setor público, que oferecem graduação em Geografia, na modalidade presencial, constata-se que estas são maioria, concentrando-se, principalmente, na região nordeste, num total de 78 instituições (38%). As demais regiões apresentam número de IES quase que equiparados, sendo a norte com 37 (18%), a sudeste com 33 (16%), e a centro-oeste e a sul, respectivamente com 30 e 29 instituições (14%). No tocante às IES privadas, a maior parte (104 ou 60%) estão concentradas na região sudeste, seguida pela nordeste (28 ou 16%), sul (27 ou 15%), centro-oeste (10 ou 5%) e norte (8 ou 4%).

A expressiva concentração de IES privadas no sudeste pode ser atribuída ao fato das grandes empresas do setor educacional serem oriundas desta região. Segundo Sécca e Leal (2009) isto se explica pelos elevados índices de desenvolvimento humano e renda *per capita*, além do expressivo contingente demográfico, que caracterizam tal região, tornando-a um mercado rentável para os investimentos privados. “Adicionalmente, essa condição permitiu que algumas dessas universidades ganhassem escala e acumulassem capital para sua expansão em outras regiões do Brasil [...]” (SÉCCA e LEAL, 2009, p. 122). Como exemplo, tem-se a Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro, com abrangência em todas as regiões do país, e unidades em 16 Estados da federação.

Assim, ainda referente aos cursos de Geografia presenciais, a figura 2 apresenta a distribuição de IES públicas e privadas por unidades da federação. Em relação ao setor

privado, verifica-se que a maioria dos estabelecimentos se localiza em São Paulo (57 ou 33%), Minas Gerais (27 ou 16%) e Rio de Janeiro (19 ou 11%). No contexto regional, São Paulo é a unidade da federação com maior número de IES privadas que oferecem graduação em Geografia na modalidade presencial, correspondendo a 55% do total. Na sequência dos Estados, destacam-se os pertencentes à região sul, com Santa Catarina apresentando 11(6%) das instituições, Paraná com 9 (5%) e Rio Grande do Sul com 7 (4%), Pernambuco, Piauí com 6 e Bahia com 5 (ambos correspondendo a 3%) em relação ao total nacional.

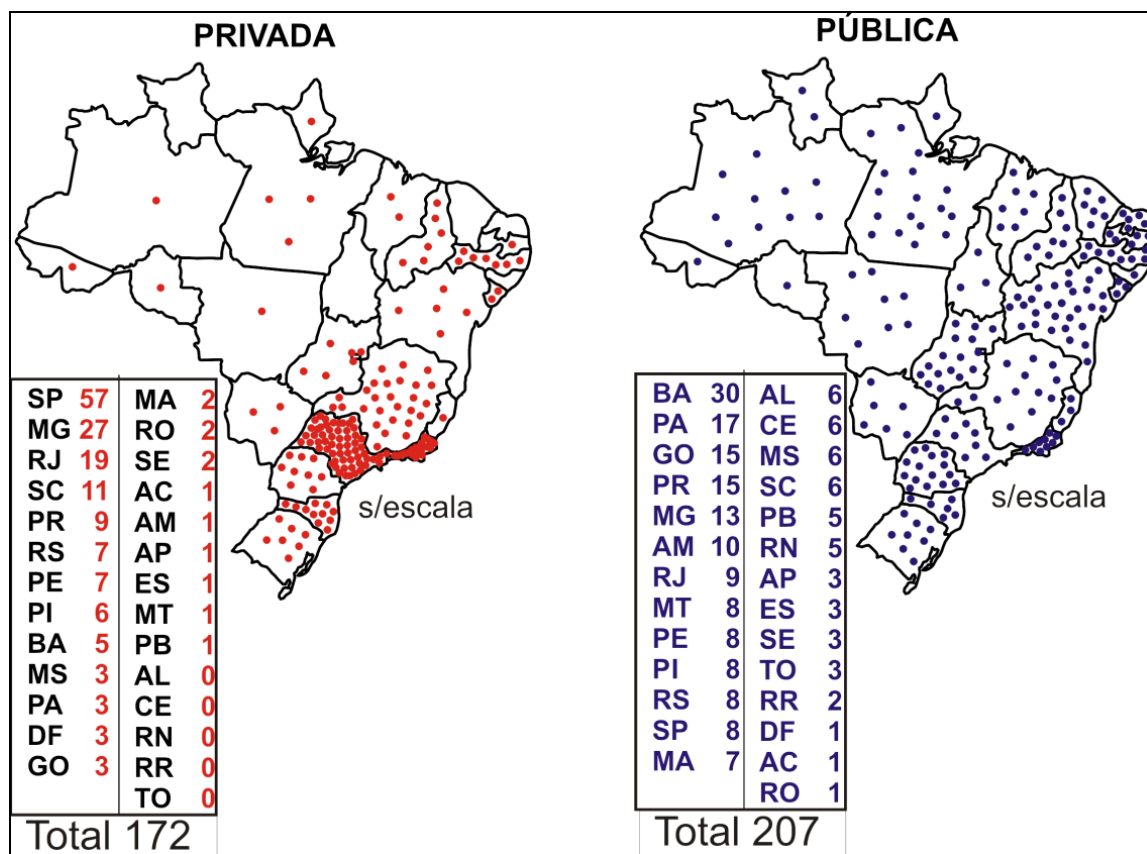


Figura 2: Brasil, 2013. Total de cursos de Geografia presenciais nas IES privadas e públicas por unidades da federação. Fonte: e-MEC,2013. Elaboração: Antonio Marcos Machado de Oliveira

Apenas em 5 Estados não há registro de IES do setor privado, com oferta de cursos de Geografia presenciais, quais sejam, 3 da região nordeste (Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte) e 2 da região norte (Roraima e Tocantins).

Por outro lado, no tocante ao ensino público, os mencionados cursos encontram-se distribuídos por todas as 27 unidades da federação, totalizando 207 instituições conforme demonstrado acima na figura 2. Na região nordeste - que apresenta o maior número de IES públicas com cursos presenciais de Geografia - a maior concentração se verifica no Estado da

Bahia, totalizando 30 instituições ou 38%, ficando as 48 restantes distribuídas nos demais Estados da região. Outra importante constatação diz respeito ao Estado de São Paulo, o qual se por um lado possui o maior número de IES privadas (57), por outro apresenta somente 8 (4%) IES públicas que oferecem de graduação em Geografia, na forma presencial, sendo superado tanto por Estados de outras regiões do país, tais como Pará (17 ou 8%), Goiás (15 ou 7%), como por Estados da própria região sudeste, como Minas Gerais, com 13 (6%) do total.

Embora o setor privado apresente um número de instituições expressivo na modalidade presencial, as IES públicas são maioria, o que possivelmente possa estar relacionado à tradição adquirida pelos cursos de licenciatura em Geografia em várias das universidades públicas do país - tanto estaduais quanto federais - não só no campo do ensino como também da pesquisa, inclusive através dos Programas de Pós-Graduação que muitas instituições oferecem. Especificamente em relação às instituições federais, a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI, em 2007- que redundou tanto na expansão regional quanto no processo de interiorização das universidades e institutos federais - se não promoveu um aumento na oferta de vagas, ao menos contribuiu para a manutenção das já existentes.

Outrossim, o predomínio das IES públicas quanto à oferta de cursos de Geografia na modalidade presencial, também pode ser atribuído à quantidade de cursos extintos, ou em vias de extinção, registrada no setor privado. Desta forma, através da figura 3, observa-se que em 2013 havia um total de 64 cursos de Geografia extintos/em extinção, em IES privadas, situação verificada na maioria das unidades da federação. Neste contexto, vale destacar que Minas Gerais se apresenta como o Estado com o maior número de instituições que tiveram cursos extintos, totalizando 21 ou 33% do total.

É importante considerar que os dados relativos ao número de cursos presenciais extintos/em extinção podem estar subestimados, pois a exemplo da Faculdade Católica de Uberlândia, cujo curso de licenciatura em Geografia - embora no sistema eletrônico do MEC (e-MEC) apareça classificado como “em atividade” - deixou de ser oferecido a partir do segundo semestre de 2013, é possível que outras instituições também tenham atualmente seus cursos extintos ou em extinção.

Contudo, se por um lado existe uma tendência à extinção de cursos presenciais nas IES privadas, por outro, verifica-se um crescimento dos cursos de graduação em Geografia, na modalidade à distância.

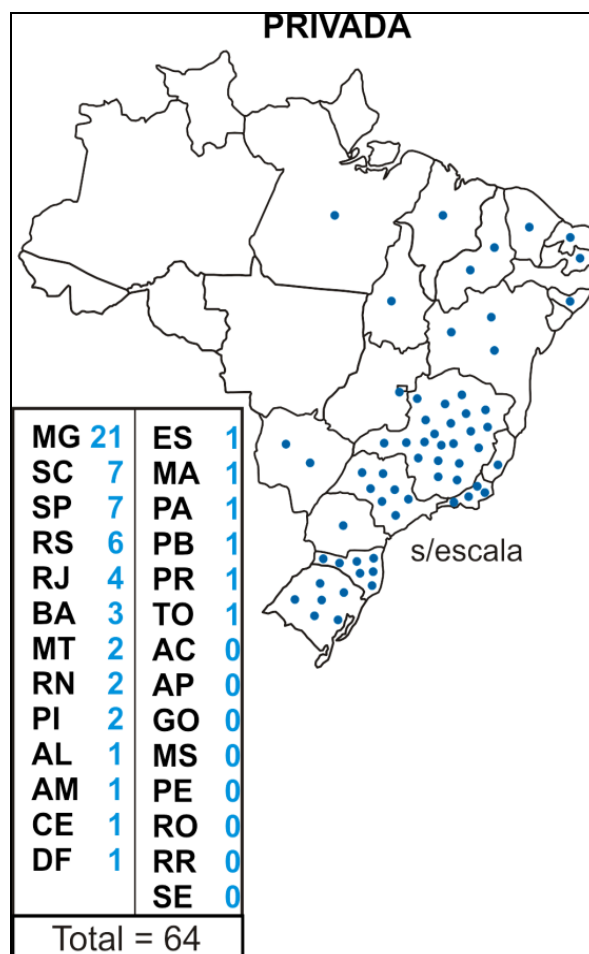


Figura 3: Total de cursos de Geografia presenciais extintos/em extinção em IES privadas por unidades da federação - Brasil, 2013. Fonte: e-MEC, 2013. Elaboração: Antonio Marcos Machado de Oliveira

3.1.1 A Geografia à distância: os cursos de EAD

A primeira notícia que se tem a respeito de curso de EAD em Geografia se refere ao Curso de Atualização para Professores, promovido pelo Instituto de Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em 1999 (BERBAT, 2008).

Conforme pesquisa realizada pelo citado autor, em meados da década de 2000, já haviam 17 cursos de EAD em Geografia funcionando no país, distribuídos por diversos Estados, com o maior número deles (4) concentrado em São Paulo. Das instituições que ofertavam tais cursos, a maior parte (11) tratavam-se de IES privadas, sendo que dentre as IES públicas (6), 4 delas tinham seus curso de EAD vinculados ao Programa Pró-Licenciatura, e as outras duas ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (BERBAT, 2008, p. 130-133).

Com respeito ao período atual, a análise feita a seguir demonstra, através de dados do Ministério da Educação, que a oferta de cursos de EAD em Geografia vem se mantendo crescente, especialmente na esfera privada.

As IES privadas concentram o maior número de instituições que oferecem tal modalidade. Do total de 165 instituições com EAD em Geografia, 148 (90%) correspondem a IES privadas, sendo apenas 17 (10%) oferecidos por IES públicas (Figura 4).

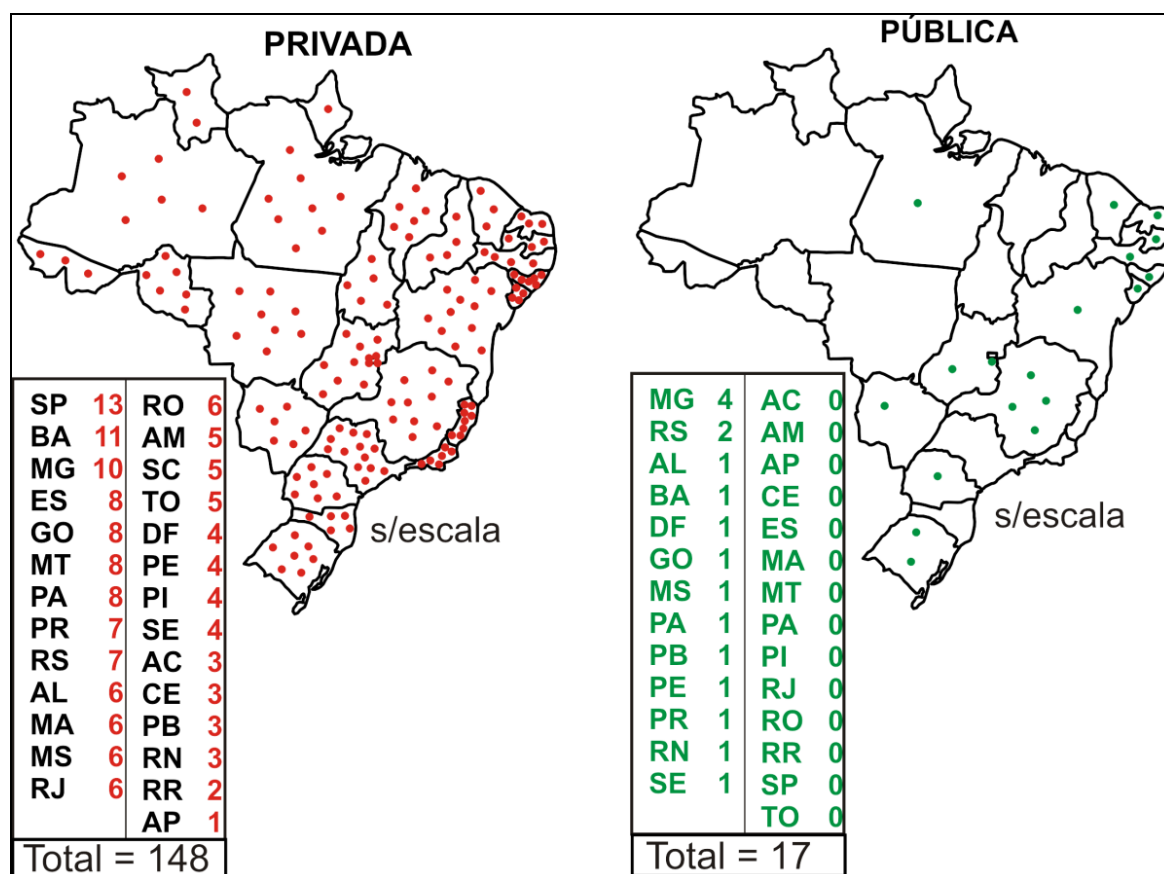


Figura 4: Total de cursos de Geografia (licenciatura) em EAD nas IES privadas e públicas por unidades da federação. Brasil, 2013. Fonte: e-MEC, 2013. Elaboração: Antonio Marcos Machado de Oliveira.

Observando-se a figura 4, no tocante à distribuição dos cursos de EAD em Geografia, verifica-se a existência de instituições por todas as 27 unidades da federação. De forma semelhante aos cursos de Geografia presenciais, nas IES privadas, a maior concentração de cursos de EAD se localiza no Estado de São Paulo, com 13 ou 9% do total de instituições. Em seguida, classificam-se Bahia e Minas Gerais, respectivamente com 11 e 10 cursos, ambas correspondendo a 7 % do total.

Quanto aos demais Estados, chama a atenção o fato de alguns deles, como Espírito Santo e Mato Grosso, apresentarem uma participação pouco expressiva no total de IES privadas com cursos presenciais de Geografia, com apenas um estabelecimento ou 0,6% do total (Figura 2), e na modalidade de EAD aparecerem com 8 ou 5% do total (Figura 4). Vale considerar ainda que o Espírito Santo é o único Estado do sudeste que apresenta maior número de cursos de EAD em Geografia em relação aos presenciais.

Comparando-se as figuras 2 e 4, no que se refere ao setor privado, verifica-se que, embora no conjunto das 27 unidades da federação haja mais cursos presenciais (172) do que de EAD (148), analisando-se cada UF isoladamente, verifica-se que na maioria delas (18 ou 67%) o número de cursos de EAD supera o da modalidade presencial.

A respeito da disseminação de ensino à distância em Geografia pelo país, é importante considerar que o total de 165 cursos existentes (Figura 4), corresponde ao número de instituições (e não de polos) que oferecem tal modalidade de ensino. Desta forma, cada uma das instituições representadas na figura 4 poderá ter um ou mais polos de EAD espalhados pelo país, o que sugere que o grau de abrangência destes cursos seja bem maior do que os dados do e-MEC demonstram. Como exemplo, pode-se citar a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), a qual possui, somente em Minas Gerais, 62 polos de EAD em Geografia, distribuídos por diversos municípios do referido Estado (Figura 5).

Já em relação às 17 instituições públicas que oferecem EAD em Geografia, estas se encontram distribuídas por 13 unidades da federação, a maior parte em Minas Gerais (4 ou 24%) e no Rio Grande do Sul (2 ou 11 %). Por outro lado, o Estado de São Paulo - que na rede privada possui o maior número de instituições com EAD em Geografia - não apresenta um só curso na esfera pública, assim como Rio de Janeiro, Espírito Santo e a maioria dos Estados (14 ou 52%) (Figura 4).

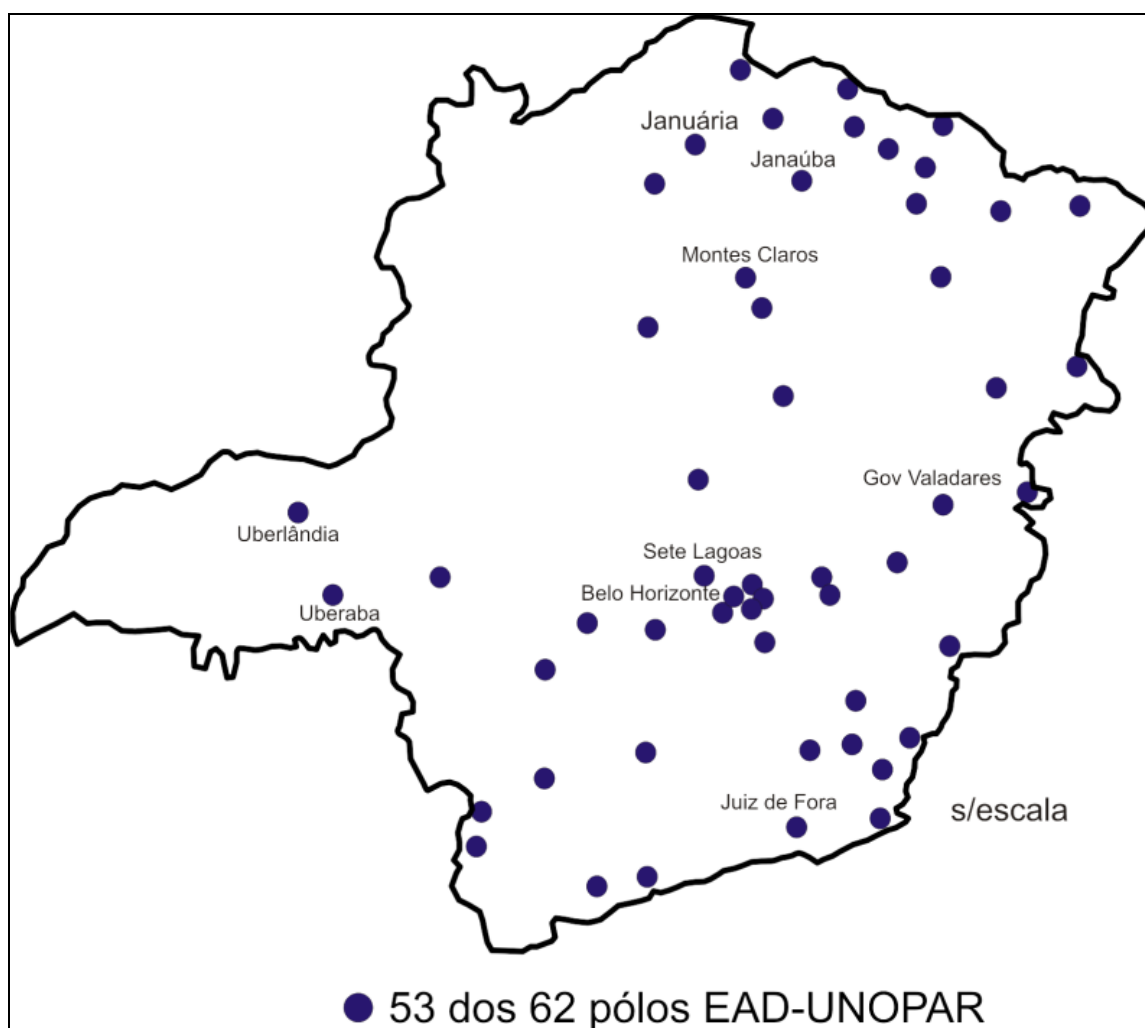


Figura 5: Distribuição dos pólos de curso de EAD em Geografia da UNOPAR no Estado de Minas Gerais-2013. Fonte: <http://www.unoparead.com.br>, 2014. Elaboração: Antonio Marcos Machado de Oliveira.

Assim, constata-se que a disseminação dos cursos de EAD ocorre muito mais na esfera privada do que na pública, constituindo-se, pois, numa forma de mercantilização do ensino superior.

Entretanto, é importante lembrar que os programas que envolvem as IES públicas, em geral, também se inserem no processo de mercantilização do ensino. No caso do sistema UAB (como já mencionado, voltada para EAD) por exemplo, o mesmo prevê o estabelecimento de “gestão em regimes consorciados” não só entre empresas estatais, o MEC e instituições federais de ensino superior (IFES), mas também com empresas e universidades privadas. Além disso, tanto os professores das IFES responsáveis pelos cursos como os tutores que atuam à distância, recebem uma bolsa concedida pelo MEC. Assim sendo, segundo Lima (2006, apud BERBAT, 2008, p. 120), tal programa “[...] configura-se como

mais uma forma de expressão da parceria público-privada na educação, ampliando, conseqüentemente, as bases para a crescente mercantilização da educação superior brasileira nos anos de neoliberalismo”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da globalização contemporânea, novas exigências são impostas pelo mercado de trabalho, a serviço do capital, estimulando a demanda pela educação superior no país. Neste sentido o governo brasileiro, em consonância com os princípios neoliberais, os quais “reconhecem que a economia não pode prescindir completamente do Estado” (SERAFIM, 2011, p. 245), adota uma política educacional voltada para a ampliação da oferta de cursos superiores na esfera pública e principalmente no setor privado. Articulado aos interesses de organismos internacionais – como a UNESCO e o Banco Mundial - passou a implementar, desde fins dos anos 1990, programas de incentivo e fomento à educação superior privada, tais como o FIES e o PROUNI, assim como aqueles destinados particularmente a cursos de licenciatura e de ensino à distância (Pró-licenciatura e Sistema UAB). A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 e o decreto que aprovou o Plano Nacional de Educação, de 2001, dentre outros dispositivos legais, nada mais foram do que mecanismos que possibilitaram a regulamentação da modalidade EAD, e conseqüentemente, a sua disseminação pelo país.

A pesquisa realizada, mediante os mapas da distribuição regional e por unidades da federação, das instituições privadas e públicas que oferecem cursos de licenciatura em Geografia, presenciais e à distância, possibilitou a análise da espacialidade dos referidos cursos, bem como a avaliação do panorama atual dos mesmos, particularmente no setor privado, onde se destaca a propagação da modalidade de EAD.

No que se refere aos cursos presenciais, estes predominam no âmbito das IES públicas, onde são maioria em comparação às IES privadas. Tais cursos são oferecidos em todas as unidades da federação, concentrando-se, sobretudo na região nordeste. A criação do REUNI – que promoveu tanto a expansão quanto a interiorização das universidades e institutos federais - e a tendência à extinção dos cursos presenciais de Geografia no setor privado, provavelmente contribuíram para o predomínio dos cursos presenciais de Geografia nas IES públicas.

Embora o governo federal tenha buscado mecanismos para retomar o crescimento do ensino superior público no país, as IES particulares suplantam as públicas, tanto em número

de estabelecimentos, quanto em alunos matriculados, situação que provavelmente se verifica devido à facilidade ensejada por programas tais como o PROUNI e o FIES.

No tocante aos cursos de licenciatura em Geografia, as IES privadas superam as públicas somente quanto à oferta de cursos de ensino à distância, pois apesar da extinção de muitos cursos presenciais, os cursos de EAD estão em plena expansão, disseminando-se por todo o país.

A proposta do governo federal, ao promover uma política de expansão desta modalidade, foi a de democratizar a educação superior no país, possibilitando o acesso inclusive, da população mais carente, a chamada “classe C”. A distribuição de cursos à distância de licenciatura em Geografia verificada em todas as unidades da federação, sem dúvida reflete tal proposta. Entretanto, o fato de que 90% destes cursos provenham de IES privadas, remete à interpretação de que tal acesso ainda seja seletivo e excludente.

A presente pesquisa, embora revele uma distribuição desigual dos cursos de licenciatura em Geografia pelo país, seja na modalidade presencial ou à distância, seja em instituições públicas ou privadas, demonstra a sua oferta em todas as unidades da federação. Com isto posto, é fato que ainda existe uma demanda pela formação docente em Geografia. Contudo, o governo federal, ao oferecer subsídios às IES privadas (como isenções fiscais) e bolsas de estudos, delega a estas instituições a tarefa de suprir parte significativa desta demanda.

Neste contexto, considerando-se a propagação da modalidade de EAD, essa pesquisa suscita ainda algumas reflexões a respeito da formação docente em Geografia.

Conforme Malanchen (2008, p. 135), com a reforma educacional instituída pelo Estado brasileiro nas últimas décadas, e a projeção do ensino à distância, delineia-se um quadro “em que se retira a formação do professor da universidade, formado com ‘aligeiramento’ teórico, por meio de aprendizagem individualizada e despolitizada”. Até que ponto os cursos de EAD em Geografia estariam formando professores acríticos?

Segundo Pontuschka e outros (2009, p. 94) de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas para os cursos de licenciatura de graduação plena, dentre os princípios norteadores da formação de professores, destaca-se a pesquisa como elemento essencial na formação docente. Assim sendo, de que forma os cursos de Geografia à distância preparariam o licenciando para a pesquisa científica? Como os aspectos teóricos-conceituais, atinentes à Geografia, estariam sendo trabalhados?

De que maneira oferecer, através de um curso à distância – onde o professor atua apenas como um mediador ou mero transmissor de conteúdos - uma formação que permita ao

licenciando uma visão crítica da realidade socioespacial vivenciada e estudada, e que deverá alicerçar a sua formação docente, assim com a sua futura prática em sala de aula? Neste caso, a modalidade EAD tratar-se-ia de um ensino de *Geografia à distância* ou muito mais de uma *Geografia distante* da realidade do aluno?

As indagações ora efetuadas, acerca do ensino superior em Geografia e formação docente, remetem à necessidade de novas investigações. Assim, espera-se que o estudo apresentado, ao trazer à luz a discussão da situação atual do ensino superior em Geografia no Brasil, instigue novas pesquisas sobre o tema em questão, ampliando o seu debate.

THE HIGHER EDUCATION IN GEOGRAPHY: REFLECTIONS ABOUT TEACHERS EDUCATIONS IN PRIVATES INSTITUTIONS

ABSTRACT

The present work aims to bring to light reflection on the current situation of private higher education in geography in Brazil. Such purpose is justified by the considerable number of private institutions offering degree course in Geography, particularly in the form of distance learning (ODL) a fact which has been increasing from the 2000s. The research was based on data provided by the electronics and the MEC - Ministry of Education (MEC) for the year 2013, by means of mapping the regional distribution and federation units, private and public institutions offering course degree in Geography in the classroom mode and distance, and which have become extinct / endangered courses. In addition, data from the MEC/Inep/Deed became the graphical representation of the evolution of distance education enrollments in Brazil between 2000 and 2011, and the enrollment of EAD in Geography in relation to the total in Brazil. Thus, the work is divided into two topics, the first being that some considerations are made about the current context of private higher education in the country. The second approach starts with the evolution of the Brazilian Geography in the academic realm, and then we seek to achieve the proposed goal, in other words, the analysis of the current situation of undergraduate courses in geography , particularly in the private sector . Finally, some considerations are made about that situation, reflecting on the implications, especially distance education for teacher training in geography.

Keywords: Teachers education in Geography; Privates institutions. Distancelearning, Teacher training.

REFERÊNCIAS

BERBAT, Márcio da C. **Formação de Professores de Geografia na Educação Superior a Distância**: Contextos Institucionais em Questão. 2008, 253 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação - **Sistema e-MEC**, 2014. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em 10/Nov./2013.

_____. Ministério da Educação. **Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.PDE/FIES**. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>>. Acesso em 10/jan./2014.

_____. Ministério da Educação. **Instituições Credenciadas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12467&Itemid=783>. Acesso em 10/jan./2014.

_____. Ministério da Educação.**PROUNI - Programa Universidade para Todos**. Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 11 /fev. /2014.

_____. Ministério da Educação.**Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais –REUNI**. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28>. Acesso em 11 /fev. /2014.

BRASIL. Lei nº 9394/1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 15 fev. 2014.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>>. Acesso em: 12/fev./2014.

_____. **Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em: <http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=18>. Acesso em: 12/fev./2014.

CARVALHO, Ana Beatriz. O Curso de Licenciatura em Geografia no Âmbito do Pró-Licenciatura e a Mudança de Paradigma na Formação dos Professores. In: **VII Encontro Nacional da Anpege – Especialidades Contemporâneas, o Brasil, a América Latina e o Mundo**, Niterói.2007, Disponível em: <http://www.gente.eti.br/site/attachments/036_ARTIGOANPEGE.pdf>. Acesso em: 12/ fev./ 2014.

MALANCHEN, Júlia. A regulamentação da educação a distância no Brasil e a propagação de um novo modelo de formação docente. **Educere et educare** (Revista de Educação). Cascavel, Unioeste, v. 3 n. 6 jul./dez. 2008 p. 119-138. Disponível em: <www.ccp.uenp.edu.br/centros/d_pedagogia/jmalanchen/txt/ar-jm06.rtf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

MELO, Pedro Antônio de; LUZ, Rodolfo Joaquim Pinto da. **A Formação Docente no Brasil**. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e o Caribe – IESALC. Florianópolis, SC – Brasil, 2005. Disponível em:
<http://www.oei.es/docentes/info_pais/informe_formacion_docente_brasil_iesalc.pdf>. Acesso em: 12/ fev./ 2014.

PIRES, Hindenburgo F. EAD e ensino de geografia: a política da escala e a escala da política. **10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia**. Porto Alegre, 30 ago. a 02 set./2009.

PONTUSCHKA, Nídia N.; PAGANELLI, Tomoko I.; CACETE, Núria H. **Para ensinar e aprender geografia**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009 (Coleção docência em formação. Série Ensino Fundamental).

RIBEIRO, Márcio Willyans. Origens da disciplina de Geografia na Europa e seu desenvolvimento no Brasil. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 11, n. 34, p. 817-834, set./dez. 2011

RISTOFF, Dilvo. Vinte e um anos de educação superior no Brasil. Expansão e democratização. **Cadernos do GEA**, n. 3, jan./jun. 2013.

ROCHA, Genylton O. R. da. **Uma breve história da formação do professor de geografia no Brasil**. Disponível em:
<<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Ensenanzadelageografia/Desempenoprofesional/01.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

RODRIGUES, J. **Os empresários e a educação superior**. Campinas, S.P.: Autores Associados, 2007. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Campinas, n. 4, p.28-43, out./2011 a jan./2012. Disponível em:
<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed04_outubro2011/05_ARTIGO_PRINCIPAL.pdf>. Acesso em: 13 /dez./ 2013.

SÉCCA, Rodrigo X; LEAL, Rodrigo M. Análise do setor de ensino superior privado no Brasil. **BNDES Setorial**, n. 30, 2009, p. 103-156.

SERAFIM, Milena P. O processo de mercantilização das instituições de educação superior: um panorama do debate nos Eua, na Europa e na América Latina. **Avaliação**, (Campinas;Sorocaba), v. 16, n. 2, p. 241-265, jul. 2011. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n2/a02v16n2>>. Acesso em: 07 /fev. /2014.

Universidade Norte do Paraná – UNOPAR. **UNOPAR Ead**. Disponível em:
<<http://www.unoparead.com.br/polos/MG/>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

Artigo recebido em 10/03/2014 para avaliação e aceito em 08/05/2014 para publicação.